

Já solicitei também uma reunião com o Governador Cláudio Castro para a gente poder juntamente com a Emgepron e a Associação do cluster fazer essa apresentação e requerer o compromisso do Estado juntamente conosco, para que a gente construa esse caminho de volta no adensamento da indústria naval e das indústrias e serviços que estão no entorno dessa economia.

Então, acho que a pergunta do Ivo você até já respondeu. O Ivo diz aqui: "A indústria naval, deve ser política de Estado?", na sua apresentação você já informou que sim, porque ela precisa ser perene, ela tem que passar pelo planejamento e o Brasil reconhecer que essa é uma política que gera emprego para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil como um todo.

Então, essa pergunta, Ivo, o Bacci já respondeu. E a segunda é: "Qual é o papel Sinaval na elaboração dessa política para fixar a indústria naval como decisão de país?"

O SR. SÉRGIO BACCI - Então, o Sinaval sempre propõe que a gente faça uma discussão se é uma política industrial. Agora, a decisão de ter uma política industrial não pode partir do Sinaval, tem que ser uma decisão do Governo, o Governo decidir que ele vai ter uma política industrial. Porque política industrial, como eu disse, não é uma política industrial para a indústria naval. É uma política industrial para o país. E aí nós vamos ter que discutir qual é o papel da indústria automobilística, qual é o papel da indústria de celulose, qual é o papel da indústria naval. Enfim, todas as indústrias que geram receita para o país, que geram empregos. tem que se pôr todos à mesa e vamos discutir o que é prioridade para o governo e o que não é prioridade. Porque o que não for prioridade vai estar fora da política industrial. O que nós vamos ter que fazer é, ao se instituir um debate sobre uma política industrial, a gente se colocar e defender a posição de que a indústria naval é uma indústria que gera muito emprego, e que pode ajudar o país a sair desse problema.

Aí o Ivo diz: "Discordo uma mudança quando implica em determinação ao Governo seguir essa decisão." Não entendi. Enfim, isso não é mudança constitucional, Ivo. Isso significa decisão política de construir uma política industrial. Isso você não precisa mexer na Constituição; isso é política que o governo tem que decidir. Você não precisa mexer em absolutamente uma linha constitucional. É o governo chamar os setores par ao diálogo para a gente discutir a indústria no Brasil. Ponto.

Então, isso... desculpa, mas no ponto de vista constitucional, e aí modéstia parte, Ivo, eu tenho perto de 12 anos que trabalhei no Congresso Nacional. Então, de Constituição e de como é que as coisas se dão lá... de indústria naval eu não entendo muito não, mas de Parlamento eu entendo um pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Bacci, a Ana Cláudia, na realidade é uma coisa mais direcionada aos jovens de Itaboraí. Ela quer saber na sua visão, sobre as oportunidades para os jovens lá em Itaboraí. Se você algum levantamento em relação a isso.

O SR. SÉRGIO BACCI - Então, Deputada, Itaboraí teve uma excelente perspectiva para atender não só os jovens, como a população de Itaboraí e entorno, com o Comperj. Infelizmente a decisão de parar com o Comperj fez com que muitas coisas deixassem de acontecer. A situação hoje não só em Itaboraí, no país, é uma situação difícil de você ter perspectivas de emprego. Eu acho que o jovem... eu se fosse jovem hoje apostaria no caminho digital.

Hoje o caminho digital para a juventude é, pelo menos por enquanto, o caminho mais... não diria mais fácil, mas um caminho que tem perspectivas melhores do que a indústria. Porque hoje a indústria de uma forma geral, a indústria e o comércio, de uma forma geral, estão com muita dificuldade de retomada. Eu tenho discutido muito essa questão de retomada econômica nas cidades, como é que a gente ajuda as cidades a ter essa retomada econômica, e é muito difícil porque muita gente quebrou. Muitas indústrias fecharam, muito comércio fechou.

Então, se eu pudesse dar uma sugestão para a garotada é estudar essa questão digital. É entrar por esse caminho digital, pelo menos nesse momento. Se a situação melhorar mais a frente, eu diria para vocês: "Vão para a indústria naval, porque é uma indústria que emprega bem e paga bem". Pode ter críticas aqui ou ali, mas em média o salário da indústria naval é um bom salário. Mas nesse momento não aconselho fazer curso de solda não, porque não vai ter oportunidade não.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Aqui tem duas pessoas inscritas. A primeira é o sr. Washington dos Santos Paiva, também lá do município de Itaboraí. Pode se manifestar, Washington. Você tem dois minutos para fazer a sua pergunta e depois, se precisar, a gente...

O SR. WASHINGTON DOS SANTOS PAIVA - Boa tarde para todos que estão assistindo, boa tarde para todos os companheiros que estão aqui na live. Quero primeiramente agradecer à Deputada Célia Jordão por ter dado essa oportunidade de poder estar aqui falando sobre a nossa cidade de Itaboraí.

Eu ouvi agora falando sobre a questão de Itaboraí. Itaboraí infelizmente está em decadência realmente, as oportunidades de emprego são muito poucas, e uma pergunta que eu faço: A Comperj se instalou dentro da nossa cidade de Itaboraí, e quais são os recursos que a Petrobras vem a dar não só para os moradores, mas, também, se tiver um vazamento de gás próximo à região, para qual hospital, para qual lugar levar as pessoas no caso de vazamento que, se Deus quiser, espero que isso nunca venha a acontecer. Um vazamento de gás. Até mesmo o Corpo de Bombeiros, que na nossa cidade não tem.

Então, tem todas essas demandas e venho fazer esse questionamento mediante a essa situação que está acontecendo dentro da nossa cidade de Itaboraí, com muito medo e receio, porque a população tem medo que venha a acontecer uma situação muito agravante, inclusive um vazamento de gás que venha a afetar a pesca e o caranguejo, que é o que mais tem aqui dentro da nossa cidade, e até mesmo venha a afetar o meio ambiente de forma decadente de todas as formas.

E aí, venho perguntar quais são os projetos que a Petrobras tem para trazer, até mesmo uma palestra, que venha a ensinar os jovens a como se comportar caso tenha futuramente algum concurso, ou qualquer coisa parecida. E pedir encarecidamente a todas as empresas, com muito amor e carinho, que venha a dar oportunidade para os jovens da nossa cidade, porque contratação está tendo. Está tendo a contratação, só que infelizmente as oportunidades não estão sendo para o nosso povo de Itaboraí.

Eu venho suplicar aqui, a Petrobras que faz a licitação das empresas, que ela venha olhar com carinho, chamar as empresas e falar para dar oportunidade para a cidade de Itaboraí. São 16 municípios. Então, os 16 municípios infelizmente não estão sendo atendidos. E aí, fica essa minha demanda, pedindo aqui.

Muito obrigado mais uma vez.
A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Está bem, Washington. Eu fiz aqui as anotações das suas considerações, que são muito importantes e pertinentes. Como não está participando nenhum representante da Petrobras, nós vamos encaminhar pela Comissão as suas ponderações, para que eles possam nos fazer esses esclarecimentos, e posteriormente nós encaminhamos a você. Aí, se você puder, já anota no chat o e-mail seu para que a gente possa encaminhar a resposta assim que nós recebermos deles. Está bem?

Então, é a questão colocada sobre possível vazamento de gás e projeto de meio ambiente, também para a formação de jovens de Itaboraí, e a questão do Corpo de Bombeiros, de uma ambulância.

O SR. WASHINGTON DOS SANTOS PAIVA - Isso. Vou deixar salvo aqui porque tenho certeza de que eles vão olhar com muito carinho, porque eu sei que eles não estão aqui infelizmente, porque hoje a demanda é outra. Que eles venham a olhar com carinho essa parte, porque é uma situação que pode acontecer um agravante muito maior.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Está ótimo. Obrigada, Washington, pela sua participação.

O próximo inscrito é o senhor Manoel Sales.

O SR. MANOEL SALES - Boa tarde, Deputada Célia Jordão. Saudando a Deputada, saúdo todas as mulheres presentes na sala. Quero saudar aqui a todos os convidados que estão presentes. Dizer, mais uma vez, obrigado pelo convite, Deputada. Eu estava ansiando por essa participação tão importante nessa Comissão.

Com a caída do conteúdo local de 65 para 25% hoje, muitos trabalhadores acabaram perdendo os seus postos de trabalho. Muitos voltaram para a sua terra de origem, outros mudaram de profissão, mas com a possível ascensão da indústria naval, eu queria perguntar para o Bacci qual seria o papel da indústria nesse momento onde o trabalhador perdeu a sua profissão, passou para outra profissão. E aí, a esses trabalhadores num possível chamamento, qual seria o papel da indústria para requalificar esse trabalhador e aperfeiçoar o trabalhador dentro da indústria naval?

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, sr. Manoel Bacci, pode responder?

O SR. SÉRGIO BACCI - Vou tentar. Olha, Manoel, assim, essa coisa da saída do conteúdo local, e aí você tem uma redução drástica do número de empregados, o conteúdo local é um ponto nessa história toda. Porque você tem a redução do conteúdo local, você tem a decisão política de não construir mais no Brasil, porque isso é uma decisão política. A Petrobras, ela pode decidir construir no Brasil, como pode decidir construir fora do Brasil; quer dizer, como na gestão anterior houve uma decisão de construir tudo no Brasil, onde teve o programa de modernização da frota de apoio marítimo, as encomendas da Transpetro, isso foi uma decisão política que o governo tomou para incentivar a indústria naval no país. E aí isso mudou.

E aí você tem um problema de qualificação de mão de obra, que foi feita. Foi feita uma qualificação de mão de obra. Se a gente pegar o que qualificou de pessoas de 2003 a 2014 é um número enorme de pessoas que foram qualificadas; é enorme, não é pouca coisa não. E infelizmente com essa decisão de não construir mais no Brasil, toda essa qualificação, ela está sendo jogada na lata do lixo, porque você sabe bem que, por exemplo, solda é uma coisa que você treina o cidadão, você capacita o cidadão, mas as técnicas de solda, elas vão mudando de tempos em tempos e você tem que estar em um processo praticamente anual, se não bianual, requalificando as pessoas para você melhorar a sua produtividade, você melhorar... isso eu estou falando da solda, mas em todos os setores da indústria você precisa da qualificação da mão de obra praticamente o tempo todo, tem que ser o tempo todo.

Mas o que acontece? A gente para a indústria em 2015. Nós estamos em 2021. Nós temos seis anos em que aquele soldador que estava capacitado em 2015, que estava voando - como diria na gíria, aí, né? - hoje, com certeza, se esse mesmo soldador for para dentro de um estaleiro fazer solda, com certeza a sua produtividade vai cair a níveis terríveis porque ele ficou seis anos sem exercer a sua profissão e deixou de ser atualizado na sua técnica. Então além da falta de obra nós temos mais este problema.

Vamos supor que hoje o governo decida retomar a indústria naval no Brasil, nós vamos construir tudo no Brasil. Os estaleiros vão ter que recontratar os profissionais e requalificar esses profissionais, porque em 2015 com certeza as técnicas eram diferentes do que são em 2021. Evidentemente que isso é o menor dos problemas, porque acho que os estaleiros, se tiverem obra, eu não tenho dúvida que vão pegar os profissionais e requalificar e colocar para trabalhar. Mas esse também é mais um problema que a falta de obra gera para a indústria: você cria um hiato que prejudica o estaleiro porque investiu.

Eu sempre gosto de citar um caso do estaleiro EAS, lá em Pernambuco. Como todos sabem, Pernambuco não era um estado que tinha o hábito de construir navio. Lá não era um polo naval. Mas enfim, dois estaleiros resolveram construir suas plantas industriais em Recife, e aí precisavam de profissionais, alguns profissionais do Rio foram para lá, foram importados para lá, para poder inclusive ajudar na qualificação dos profissionais que foram contratados lá. Mas você tem muitos profissionais que foram contratados lá, que na realidade eles eram atendentes de barraca de praia, que foram contratados para irem para dentro do estaleiro, e aí você precisava qualificar essas pessoas, e esses dois estaleiros investiram grandes recursos para qualificar. O estaleiro EAS construiu uma escolinha lá para qualificar as pessoas, fez um investimento grande, e hoje se tiver que voltar a construir eu tenho certeza de que esses profissionais que estavam lá vão ter que fazer uma reciclagem nessa escolinha, que ainda está montada, deve estar meio prejudicada, mas ainda está montada. Não sei se respondi a tudo, enfim, ou se ficou algo pelo caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Você foi contemplado, Manoel?

O SR. MANOEL SALES - Obrigada, mais uma vez.

Mas de qualquer forma Bacci, embora a gente não tenha, como você disse... a gente está nessa luta grande pela retomada da indústria naval, mas nós também não podemos trabalhar na lógica do apagar de incêndios, esperar que ela realmente se reacenda para depois começar a formar as pessoas. Eu acho que a formação, a qualificação e a requalificação são fundamentais para, na hora que acontecer, "opa, eu já estou apto". Para não acontecer justamente aquilo. Porque o que, também, eles alegam é muito isso, "ah, não tem profissional qualificado", "ah, a mão de obra é cara", então a culpa está sempre recaído em cima daqueles que são mais vulneráveis nesse processo, que é o trabalhador. Então acho que é importante também haver esse planejamento, não só da compreensão de que isso é uma política de estado, o Brasil é um país banhado por um oceano, então portanto, é uma economia que tende a gerar muitos empregos e receita para o próprio país, e essa mão de obra precisa muito dessa formação. Essa foi a preocupação da Ana Claudia, de Itaboraí; agora do Manoel. Então a gente também não pode perder de vista essa necessidade, sabe? Ainda que neste momento não possamos 100% deles ser aproveitados. Essa é a minha visão.

O SR. SÉRGIO BACCI - Vou além. A senhora tem razão, acho que a gente precisa ter uma perspectiva de começar a pensar em uma qualificação para que quando tiver essa retomada a gente tenha, mas eu vou além disso. Eu desafio qualquer diretor, de qualquer operadora, da Petrobras ou qualquer operadora estrangeira, a me mostrar se tem profissional mais capacitado do que o profissional brasileiro. Não tem. E eu provo isso quando a gente vê as embarcações que chegam da China e ficam paradas aqui na Baía de Guanabara, tendo que os profissionais brasileiros irem lá fazer os reparos do serviço malffeito, que foi feito na China, ou feito em outros países. Então, eu desafio qualquer, mas qualquer diretor de qualquer operadora. O profissional mais qualificado, mais capaz do que os profissionais brasileiros, não existe no mundo.

Eu não estou falando, eu não estou disputando com países aqui do lado não, em qualquer país do mundo eu duvido que os nossos profissionais não deem de 10 a 0 em profissionais de outro país, não querendo desmerecer os outros profissionais; é que os nossos profissionais são capazes mesmo, e já provaram isso.

Essa indústria começa em 1880 e bolinha, com o Barão de Mauá, e ela vem sobrevivendo ao longo desses anos de uma forma aguerrida que só esses trabalhadores sabem o que é defender essa indústria.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - É isso aí. Aqui é para falar que do conteúdo local, dessa nova estrutura aqui de compromisso a partir da décima quarta rodada, com o aditamento da resolução 726, da ANP 2018, na fase de desenvolvimento em terra são 50%, construção do poço 25%, no mar já, né? Coleta e escoamento 40%, UEP, que são as unidades estacionárias na parte de engenharia 40%, máquina e equipamento 40%, construção, integração e montagem 40%. É que são vários percentuais. Isso no aditamento da 726. Antes era exploração em terra 50%, no mar 18%. Na fase de desenvolvimento, terra 50%, mar, construção de poço 25%, coleta escoamento 40%, e unidade estacionária 25%.

Agora, o próximo inscrito, é o Rogerinho, da associação de metalúrgicos, de Angra dos Reis. Pode falar Rogério.

O SR. ROGÉRIO - Primeiro parabênz, deputada, pela iniciativa da criação dessa comissão. Dizer que para nós o setor é importantíssimo, porque, eu tenho escutado as falas, acompanhando não só a audiência de hoje, mas a da semana passada, e fica claro que é uma política de governo, e o governo do estado do Rio de Janeiro, quando, na sua presença, como deputada nossa, do estado, puxa essa responsabilidade para o estado, da responsabilidade que tem de reativar esse setor, nos deixa bastante feliz.

Na semana passada eu acompanhei o Cluster Tecnológico Naval, e prestei bastante atenção na fala do almirante Edésio quando falou sobre a classe Tamandaré, a questão da dificuldade que está sendo para poder garantir o conteúdo local que inicialmente é de 30, pode chegar a 40%, e da dúvida se é possível ou não construir esses projetos no país.

Na verdade, esse filme nós já vimos, deputada. E eu fico feliz de ver hoje o Sinaval, que conhece muito esse setor; deputados envolvidos querendo a solução para esse setor, porque mais uma vez nós vamos ter que provar a capacidade dos trabalhadores. Isso já aconteceu em 1991, depois em 96 com a P19, P31. P51 foi uma obra construída aqui em Angra dos Reis pelos trabalhadores que diziam que não era possível construir uma obra daquela magnitude no país, e ela foi construída em 75%, não foi nem 65, foi 75%, daquela obra foi construída no estaleiro aqui em Angra dos Reis e provamos a capacidade dos trabalhadores.

Então, essa questão me chamou atenção aqui, a questão da requalificação, e está correto porque 2014, 2015, aqui em Angra nós tínhamos 12 mil trabalhadores, ou seja, nós temos mais de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras desempregados e que precisam ser requalificados porque quem tem apitidão, quem sabe trabalhar não esquece; quem sabe andar de bicicleta não vai esquecer. Então esse trabalhador precisa ser requalificado. A pergunta que eu faço é que muitas das vezes fica muito focado na questão da qualificação, mas hoje nós temos uma gama de trabalhadores que precisa ser requalificados, para voltar esse mercado, e que já tem a experiência, que sabe fazer acontecer.

Então a questão da política de governo é fundamental, o estado do Rio de Janeiro, através da Alerj, através dessa comissão que a senhora criou, é uma comissão que para nós metalúrgicos, nós sabemos que se não tiver uma política de governo alinhada com o governo municipal, governo estadual, e governo federal, é muito difícil acontecer.

O governo municipal aqui em Angra dos Reis, o governo municipal de Niterói, o governo municipal das cidades que sabem da necessidade da indústria naval, eu tenho certeza de que eles estão alinhados, e a Alerj, através dessa comissão está de parabéns.

Agora nós precisamos convencer o governo federal, de que não é possível 80% do pré-sal estar no estado do Rio de Janeiro, e nós temos aí Angra, Rio, Niterói. A pergunta na verdade é mais para valorizar do que perguntar. É para valorizar o trabalho que vocês estão fazendo e que eu não tenho dúvida de que vai dar certo, porque quando as forças se unem, independente da questão política, de A, B, ou C, o importante é entender que esse setor é fundamental no estado e que esta comissão deu o pontapé inicial para unir essas forças. A indústria naval é fundamental para o nosso estado.

A minha contribuição é essa, deputada, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, Rogerinho. Só para complementar, 85% da produção de petróleo do país está no estado do Rio de Janeiro, e o estado do Rio de Janeiro corresponde a 73% da exploração de petróleo do país. Então a gente tem muito que lutar por essa geração de emprego.

O próximo inscrito é o engenheiro Ivo, e já saldando o comandante André da Emgepron que também ingressou na nossa sala de audiência, boa tarde comandante André.

Ivo, pode usar a palavra.

O SR. IVO DWORSCHAK - Ok pessoal, bem rápido aí. Até o ano passado eu estava junto com a associação metalúrgica de Costa Verde, com o Rogerinho, com o Chapinha, e agora parti para montar um negócio mesmo lá na Ilha do Governador para acompanhar esse desmanche, porque a gente tem que lutar e não podemos baixar a guarda.

O Brasil tem uma demanda extraordinária de obras. Eu coloquei aí na apresentação para circular para vocês um extrato do que existe aí. Nós temos uma demanda, nós temos mão de obra, nós temos estaleiros, e ainda assim as obras vão para fora. Então a insistência do conteúdo local tem que acontecer.

E discordando mais uma vez do meu querido amigo Sérgio Bacci, nós precisamos de um balizamento legal para evitar que entre um governo e outro o cara vá ao contrário. Então tem que haver um balizamento legal, ou através de um projeto de emenda constitucional, ou uma lei que determine, que dê um balizamento, assim como foi feito na Coreia, como foi feito na China, como foi feito em outros países, aqui mesmo nos Estados Unidos, eu estou falando aqui de Houston no momento. Então a maior importância é que a demanda interna do Brasil seja atendida prioritariamente por brasileiros em solo brasileiro.

Eu trabalhei, vocês que me conhecem, eu trabalhei na China, na Coreia, morei lá muitos anos, em Singapura também. O pessoal entrega... cada estaleiro chinês entrega em média 60 a 65 plataformas ou navios por ano, ou seja, eles entregam um navio-plataforma por semana, então eles têm uma caldeira aberta e estão "jantando" todas as obras do mundo todo, e do Brasil também. Isso tem que acabar, não é possível.

Nós temos uma demanda interna que tem que ser atendida por nós. Nós temos mão de obra e temos investimentos feitos. O BNDES financiou as obras de construção de estaleiros, tanto dos desarmadores quanto das empresas, e acaba que essas obras pararam.

Principalmente, a grande trava foi a queda do preço do petróleo, do preço do barril que ficou lá na faixa dos 30 dólares o barril, e acoplado com os desacertos da lava jato que criaram, estancaram o processo. Então um erro de poucos que deviam estar na cadeia, paga toda uma categoria e paga o país como um todo, isso tem que reverter.

Então, eu volto a dizer, que a nossa esperança na comissão parlamentar no momento é em nível estadual da Alerj, mas tem que ser em nível federal também, para haver um alinhamento de forças que determine uma política de estado que independa de qual é o presidente, de qual é o partido que esteja no comando, tem que seguir isso. Como é feito na Coreia.

Enquanto os estaleiros estão em baixa, por exemplo, eu vi lá na Coreia, as pontes, os viadutos eram fabricados dentro dos estaleiros. Isso é muito importante, porque o governo sempre acaba regulando e mantendo a capacidade do estaleiro funcionando mesmo nas épocas de vacas magras. Então as grandes pontes lá na Coreia e na China são feitas dentro dos estaleiros, exatamente nessa gangorra em que o mercado varia.

Eu volto a dizer, hoje, a nossa situação, o nosso grande entrave, são os bancos, particularmente. A própria MODEC por exemplo, o M da MODEC, que é o Mitsui, é um banco japonês que traz toda uma cadeia de fornecedores japoneses para dentro do projeto. Então são pessoas e são entidades experientes da maior importância que estão lutando pelos seus direitos e seus interesses, nós temos que garantir os nossos interesses.

Então, a nossa esperança em relação à iniciativa da Alerj, também da deputada Célia, é realmente levar a nossa voz a Brasília também, para ter esse alinhamento. Concordo perfeitamente, municipal, estadual, federal, tem que haver um alinhamento. E a gente também tem inúmeros diagnósticos feitos por entidades da Fundação Getúlio Vargas, parceria com IBP a Coppe e outras entidades fazendo o mesmo diagnóstico.

Eu teria uma grande satisfação, e já me envolvi bastante, no CTN, que é o Centro Tecnológico Naval, que foi criado no ano passado pela Marinha. A Marinha está arregaçando as mangas e está fazendo o que o Tarcísio está fazendo lá com a parte de rodovias e aeroportos, eles estão avançando nisso, determinaram o conteúdo local de 40%, só não subiram mais porque ainda existe a dificuldade de ter a tecnologia para armamentos de defesa. Então o que eu queria colocar é que essa iniciativa tem que ter acabativa, não morre só no parecer da comissão, tem que haver um avanço.

O CTN hoje é um grande elo integrador das agências municipais, estaduais e federais, ele vai ajudar a gente a desembolar e tornar o Brasil menos... o que atrapalhe menos o Brasil. Nós temos que ter velocidade nas chegadas dos equipamentos, no desembarço, e colocar no estaleiro, temos que ter áreas alfandegárias. Nós fizemos uma relação de medidas de interesse para o país que estão consolidadas nesse trabalho aí, do qual participei o Chapinha, o Rogerinho, o Fernando enfermeiro, o William, da Ilha Grande, e outros.